

# Data é marcada por luta por igualdade de direitos

12/03/2006



Matéria publicada originalmente na Agência Carta Maior. Se preferir [leia a matéria](#) no seu local

*original.*

Em protestos realizados pelo país, movimento de mulheres reivindica direitos iguais no mercado de trabalho, na educação, na política, no campo. Mesmo com chuva, manifestação em SP reuniu milhares de pessoas. Em Natal, mulheres foram detidas por apologia ao crime ao reivindicarem o direito ao aborto.

BIA BARBOSA

**SÃO PAULO** – Os números não são novos, mas nunca é demais lembrar. A cada minuto, quatro brasileiras são espancadas, a maioria por seu marido ou parceiro. Somente nos 5 primeiros meses de 2004, foram registrados 132 mil casos de violência sexista no Estado de São Paulo. Por ser considerado um crime, cerca de 1,2 milhão de abortos são realizados por ano na clandestinidade no Brasil, causando 9% das mortes maternas e 25% das esterilidades. Quase metade das mulheres que está no mercado de trabalho ganha um salário mínimo. As mulheres trabalhadoras têm mais anos de estudo do que os homens, mas ganham em média 30% a menos do que eles. No campo, as trabalhadoras rurais não têm acesso à licença maternidade. E as mulheres ocupam apenas 11% dos postos no Poder Legislativo e estão à frente em somente 5% do Poder Executivo.

A luta pela igualdade de direitos, encampada pelo movimento feminista há mais de um século, ganha todos os anos visibilidade no Dia Internacional da Mulher. A data foi construída por mobilizações de trabalhadoras ao longo do século XX e relembra as operárias têxteis de Nova Iorque, que lutaram por melhores condições de trabalho, a mobilização das mulheres em muitos países pelo direito ao voto e a ação autônoma das operárias russas que desencadearam a revolução saindo às ruas contra a fome, a guerra e a tirania. Na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em 1910, Clara Zektin propôs um dia internacional para as mulheres. Em 1921, a Conferência Internacional das Mulheres Comunistas registrou a mesma proposta para o 8 de março. E a partir de 1922, as mulheres se mobilizam nesse dia em todo o mundo. Se mobilizam para lutar, e não para comemorar simplesmente.

“Acho que conseguimos fazer um contraponto à mercantilização do 8 de Março, como um dia de homenagem às mulheres, quando se distribui flores e há liquidação de lingerie. O contraponto é o de que há mulheres em luta. Este ano reafirmamos que somos todas feministas. Houve uma identificação do conjunto

das mulheres que participaram do ato com o feminismo, então há uma politização da manifestação. Não somos uma somatória de mulheres. Somos mulheres que se reivindicam como feministas e por isso estão lá, no 8 de Março”, explica Miriam Nobre, da Marcha Mundial das Mulheres, que organizou o protesto desta quarta-feira em São Paulo.

Debaixo de muita chuva, cerca de 10 mil mulheres provaram a convicção de suas lutas. Marcharam da Avenida Paulista até a Praça Ramos de Azevedo, no centro da cidade. Idosas, jovens, com deficiência, membros de partidos políticos, de sindicatos, do judiciário federal, dos movimentos populares, elas vieram à capital de cidades do interior e do litoral paulista. Oitenta entidades organizaram o protesto pelo fim do machismo e da opressão.

Nas faixas e cartazes em punho, no colorido das roupas e na mais plena diversidade, a reivindicação de bandeiras históricas do movimento feministas: da violência contra as mulheres, considerada por elas um dos pilares de uma sociedade capitalista e neoliberal, à defesa da saúde integral e à realização do aborto como um serviço público e gratuito, passando pela valorização do salário mínimo, a reforma agrária e urbana.

“Estamos aqui gritando por reforma agrária e por justiça no campo, por um Brasil contra o latifúndio e o agronegócio. Defendemos uma agricultura familiar que inclua as mulheres camponesas”, disse a representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). “Não podemos ficar em casa cozinhando e passando. O corpo é a primeira moradia da mulher”, disse a militante do movimento de moradia, numa alusão ao direito ao aborto.

Da mesma forma, as feministas criticaram a ocupação do território iraquiano e a presença das tropas brasileiras no Haiti, como parte de uma luta maior de resistência dos povos, além de denunciarem os prejuízos para as mulheres trazidos pela reforma trabalhista proposta pelo governo federal e os acordos de livre-comércio, como a Alca e as regras da Organização Mundial do Comércio.

“O sistema capitalista só reforça a exploração da mulher. Nele impera a lógica do lucro fazendo com que trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais, recebam menos por seus serviços aumentando a desigualdade social, retirando seus direitos e transformando suas necessidades básicas como saúde e educação, em mercadorias, sendo que as mais prejudicadas são as mulheres. Acreditamos que só com o fim desse sistema a mulher vai conseguir o real conhecimento de seus direitos e a tão sonhada – e suada – igualdade”, dizia um panfleto distribuído pela Secretaria Estadual de Mulheres do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

“O fato de trabalharmos com vários temas não fragmenta as lutas e dá a idéia de que estamos ali como se cumpríssemos uma lista de supermercado. O que buscamos é ter uma visão feminista de mundo. Não vamos melhorar a vida das mulheres se o mundo não melhorar. Por isso temos que dialogar com o conjunto das questões da sociedade, ter uma visão feminista ampla do conjunto das coisas”, explica Miriam Nobre. “E cada vez mais temos conseguido aprofundar o conteúdo de nossas lutas. A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento permanente por isso. Nosso desafio agora é amarrar as pessoas que participam do 8 de Março na nossa agenda de lutas durante todo o ano”, diz.

## **CRIMINALIZAÇÃO**

Como parte das manifestações do Dia Internacional da Mulher, cerca de duas mil agricultoras ligadas à Via Campesina realizaram uma ação, na madrugada de quarta-feira, nas dependências da empresa Aracruz Celulose, no município de Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul. Elas destruíram estufas e bandejas de mudas de eucalipto em protesto contra a expansão da monocultura de eucalipto no Estado, atividade que vem crescendo vertiginosamente e que, segundo as agricultoras, tem transformado a região em um deserto verde improdutivo do ponto de vista da soberania alimentar.

O ato foi duramente criticado pela grande imprensa, que chegou a comparar as agricultoras da Via Campesina com terroristas e guerrilheiros, e condenado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. Em nota oficial, ele afirmou que os acontecimentos na empresa Aracruz são inaceitáveis e ferem a consciência democrática de todos os brasileiros.

A Marcha Mundial das Mulheres, no entanto, também por meio de nota pública, apoio a ação no Rio Grande do Sul reafirmando o 8 de Março como um dia de luta. Segundo a coordenação executiva da Marcha, essas empresas vendem a ilusão do progresso e de que qualquer pesquisa é favorável à humanidade. “No entanto, o que recebemos é o Brasil subordinado à tirania do mercado internacional. E o agronegócio de exportação, baseado no uso intensivo de recursos naturais e na superexploração do trabalho”.

Na nota elas exigem emprego com direito a salário digno; terra para quem trabalha nela; as sementes e a biodiversidade como patrimônio dos povos e a serviço da humanidade; e o bem-estar e a felicidade das pessoas no centro da organização da economia e da sociedade e não o lucro de poucos.

No outro extremo do país, em Natal (RN), integrantes da Marcha Mundial das Mulheres foram detidas pela polícia militar durante a madrugada, quando colavam pela cidade cartazes que diziam “Eu aborto, tu abortas, somos todas clandestinas”. Acusadas de formação de quadrilha e apologia ao crime, quatro delas ficaram na delegacia durante cerca de cinco horas, onde “vivenciaram situações que ilustram preconceito, desinformação e autoritarismo”, de acordo com nota de solidariedade divulgada nesta quinta-feira pela coordenação executiva da organização, que se diz espantada e indignada com a repressão sofrida pelas feministas.

“Repudiamos a ação policial intimidatória, preconceituosa e machista. A mesma ação que costumeiramente trata os movimentos sociais como um ‘caso de polícia’. Reafirmamos nosso direito à livre manifestação de idéias, assim como nos manteremos firmes na luta pela legalização e descriminalização do aborto”, conclui a nota.

\* colaborou Fernanda Sucupira

Compartilhe nas redes: